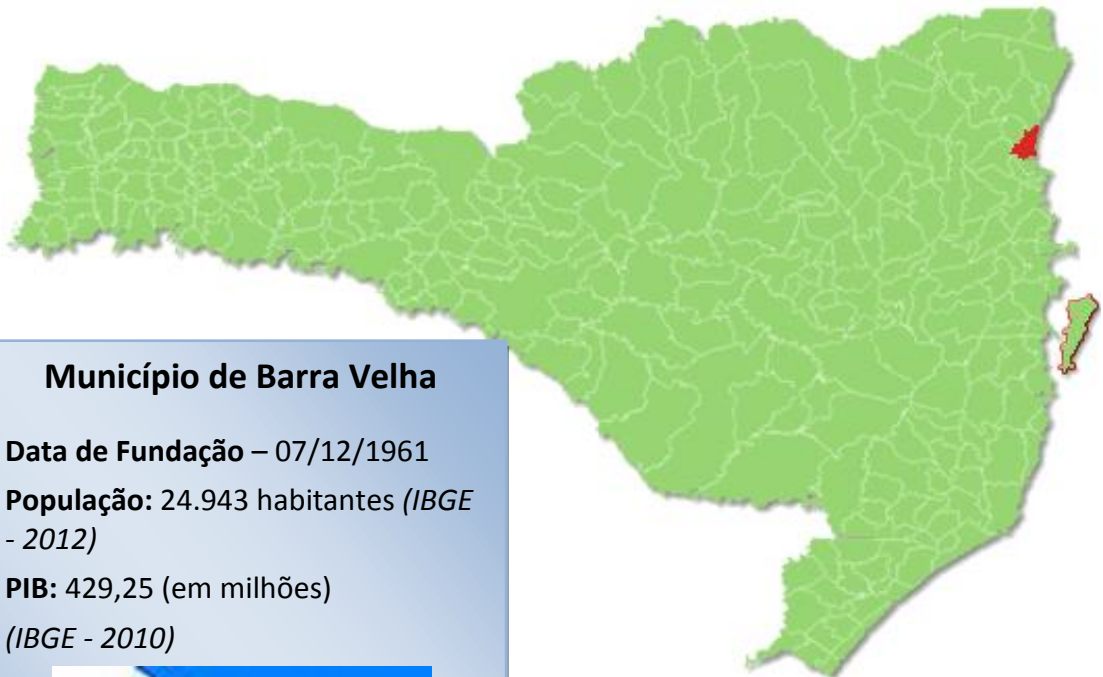




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



Município de Barra Velha

Data de Fundação – 07/12/1961

População: 24.943 habitantes (IBGE - 2012)

PIB: 429,25 (em milhões)
(IBGE - 2010)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	16
4.1. Situação Patrimonial	17
4.2. Análise do resultado financeiro	18
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	19
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	21
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	24
5.1. Saúde	24
5.2. Ensino	26
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	26
5.2.2. FUNDEB	28
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	31
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	31
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	32
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	34
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	35
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	36
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	38
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	42
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	42
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	44
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	44

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	46
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	46
8. RESTRIÇÕES APURADAS	50
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013	52
CONCLUSÃO	52
ANEXO	55
APÊNDICE	56

PROCESSO	PCP 14/00118384
UNIDADE	Município de Barra Velha
RESPONSÁVEL	Sr. Claudemir Matias Francisco - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
RELATÓRIO N°	1691/2014

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Barra Velha, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Barra Velha, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 02/06/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Apesar de ser caminho das expedições de exploração europeias, Barra Velha só foi colonizada a partir de 1812, graças à pesca da baleia e à vinda dos primeiros imigrantes açorianos. Mais importante reduto de pesca da baleia do litoral catarinense, a cidade já pertenceu a São Francisco do Sul, sendo elevada a distrito em 1861. Sua emancipação política só aconteceu 100 anos depois.

O Município de Barra Velha tem uma população estimada em 24.943² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 429.245.065,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 18.733,69, considerando uma população estimada em 2011 de 22.913 habitantes.

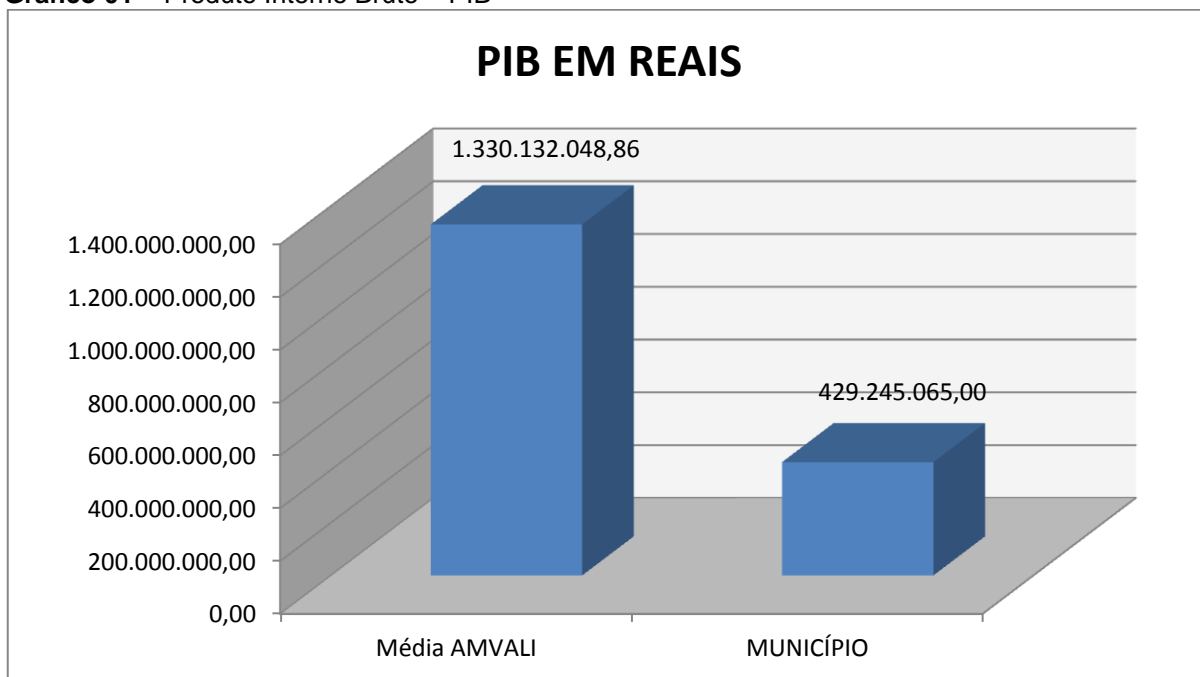
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2013

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

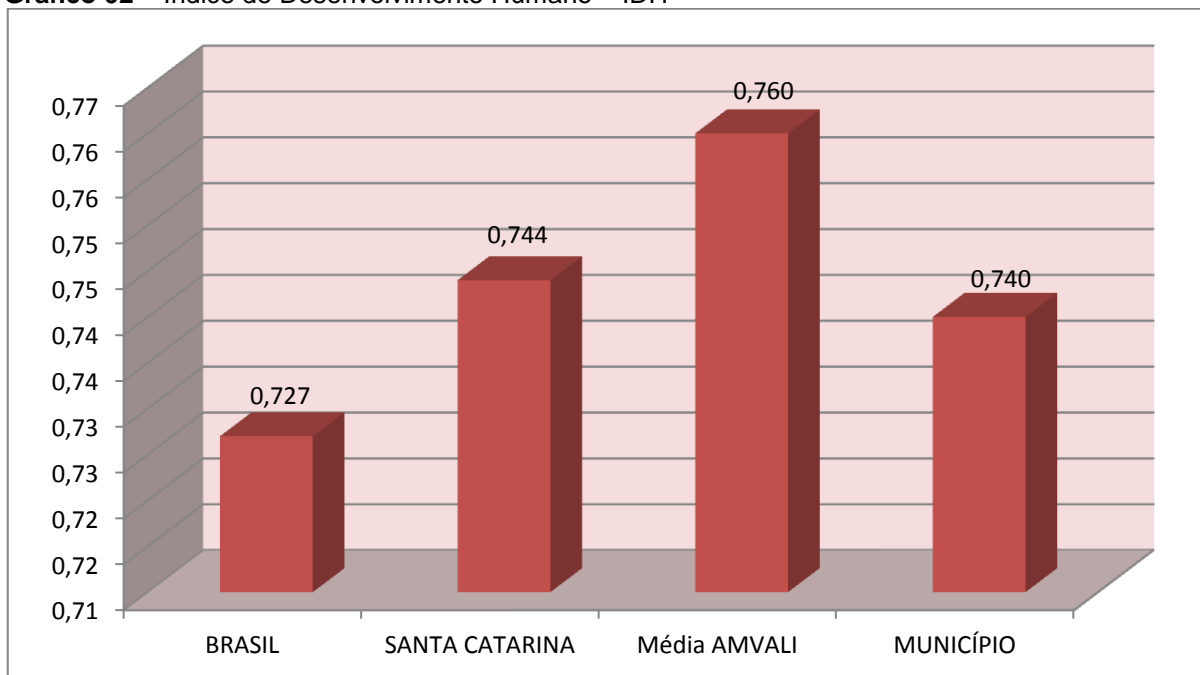
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Barra Velha encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	53.931.511,52
PPA	888/2009	05/06/2009		
LDO	1223/2012	27/08/2012	DESPESA FIXADA	53.931.511,52
LOA	1235/2012	29/10/2012		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 2.909.558,55**, correspondendo a **5,17%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 2.909.558,55, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 250.354,18 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 2.659.204,37.

Excluindo o resultado orçamentário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - IPREVE, o Município apresentou Superávit de R\$ 1.553.941,91.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	53.931.511,52	56.264.722,98	104,33
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	64.506.148,03	53.355.164,43	82,71
Superávit de Execução Orçamentária		2.909.558,55	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído o IPREVE			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do IPREVE	Superávit excluído o IPREVE
RECEITA	56.264.722,98	3.582.114,15	52.682.608,83
DESPESA	53.355.164,43	2.226.497,51	51.128.666,92
Resultado de Execução Orçamentária	2.909.558,55	1.355.616,64	1.553.941,91

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro sem o IPREVE e o resultado da execução orçamentária sem o IPREVE, no montante de R\$ 1.200.340,64, refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar.

Obs.: A receita no montante de R\$ 3.582.114,15, assim como a despesa no montante de R\$ 2.226.497,51, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao IPREVE.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Barra Velha nos últimos 5 anos:

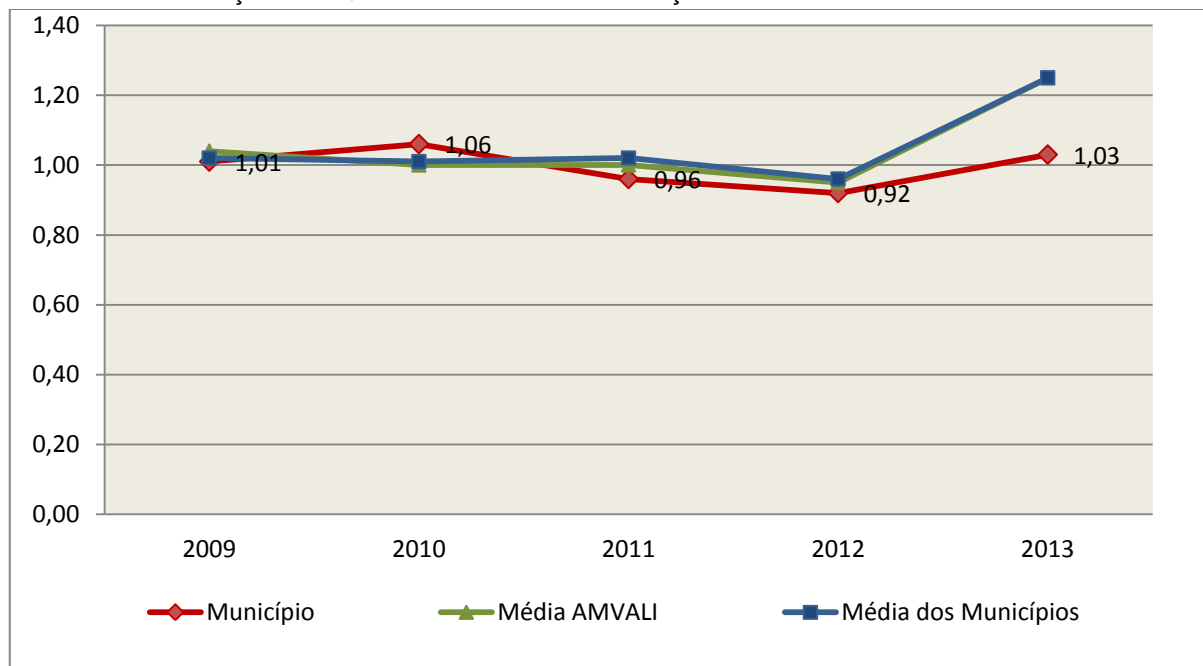
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2009-2013

ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Receita realizada	31.237.656,64	41.140.551,88	48.129.743,80	46.880.918,42	52.682.608,83
2 Despesa executada	30.993.260,28	38.792.957,79	49.877.796,33	51.164.370,29	51.128.666,92
QUOCIENTE	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,01	1,06	0,96	0,92	1,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 56.264.722,98**, equivalendo a **104,33%** da receita orçada.

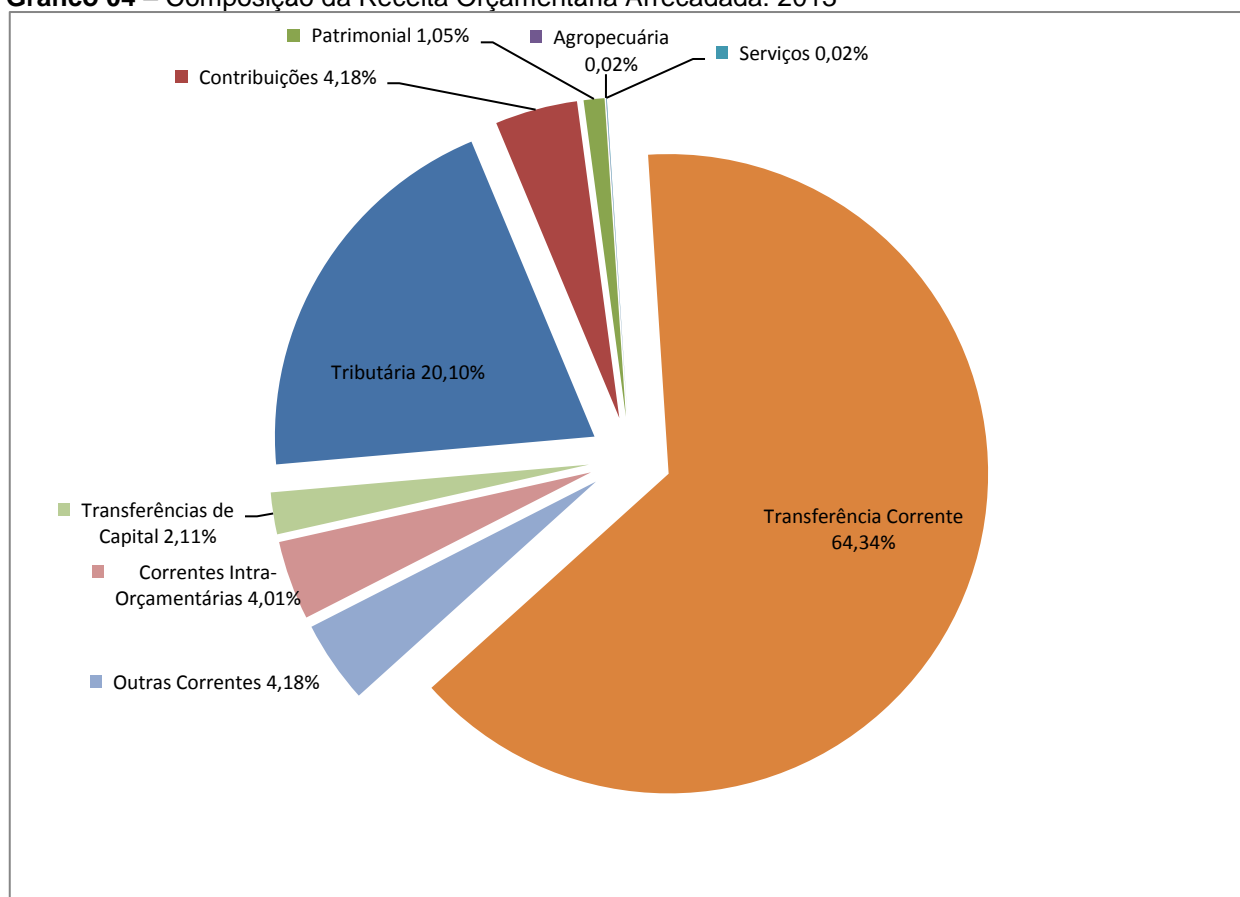
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	10.775.750,00	11.306.933,98	104,93
Receita de Contribuições	2.450.000,00	2.349.175,33	95,88
Receita Patrimonial	417.159,96	592.248,62	141,97
Receita Agropecuária	-	8.675,00	-
Receita de Serviços	154.700,00	13.355,60	8,63
Transferências Correntes	32.612.701,56	36.201.385,61	111,00
Outras Receitas Correntes	2.326.200,00	2.349.385,70	101,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.450.000,00	2.253.782,71	155,43
RECEITA CORRENTE	50.186.511,52	55.074.942,55	109,74
Operações de Crédito	3.000.000,00	-	-
Transferências de Capital	745.000,00	1.189.780,43	159,70
RECEITA DE CAPITAL	3.745.000,00	1.189.780,43	31,77
TOTAL DA RECEITA	53.931.511,52	56.264.722,98	104,33

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013

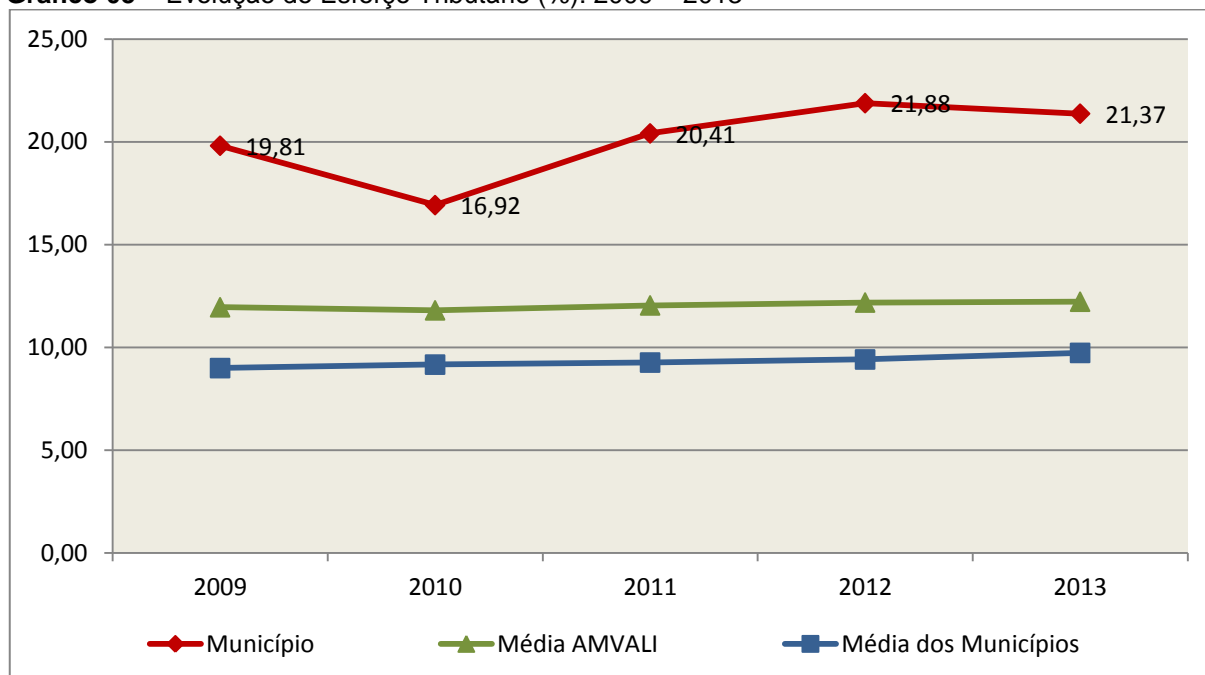


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **64,34%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

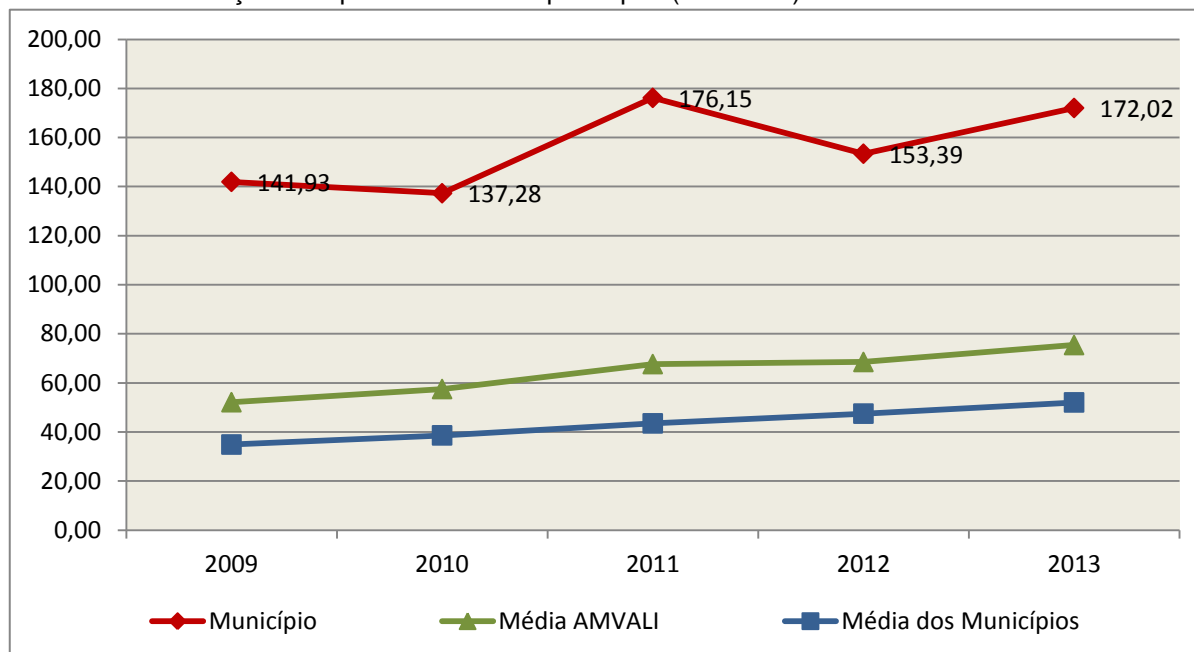


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

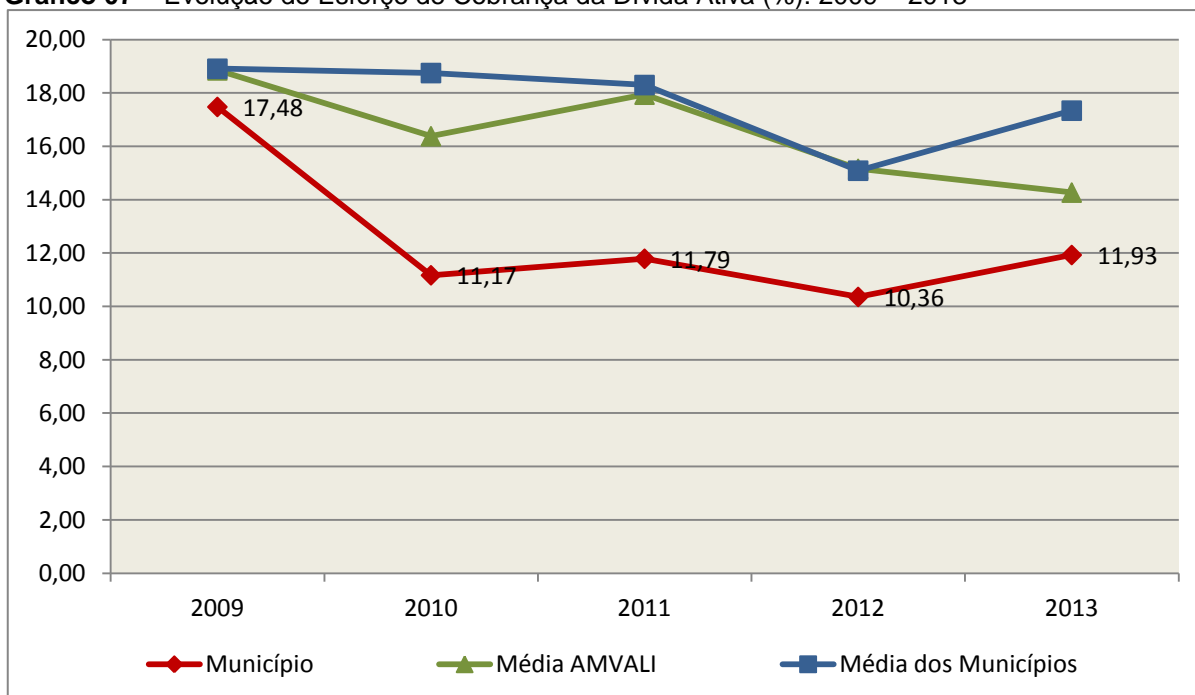
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
13.905.852,49	383.919,64	0,00	0,00	1.659.241,52	0,00	12.630.530,61

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	2.250.000,00	2.117.083,00	94,09
04-Administração	6.260.400,50	5.942.062,59	94,92
06-Segurança Pública	991.079,93	707.532,47	71,39
08-Assistência Social	2.735.029,32	1.616.898,59	59,12
09-Previdência Social	1.950.000,00	1.877.484,81	96,28
10-Saúde	14.789.914,12	12.041.291,26	81,42
12-Educação	20.548.839,31	19.419.720,80	94,51
13-Cultura	85.600,00	71.287,41	83,28
15-Urbanismo	10.175.364,85	6.031.697,78	59,28
16-Habitação	17.500,00	10.466,72	59,81
17-Saneamento	90.500,00	35.413,80	39,13
18-Gestão Ambiental	430.600,00	275.601,67	64,00
20-Agricultura	530.190,00	482.816,27	91,06
22-Indústria	1.000,00	-	-
23-Comércio e Serviços	1.773.000,00	1.227.569,17	69,24

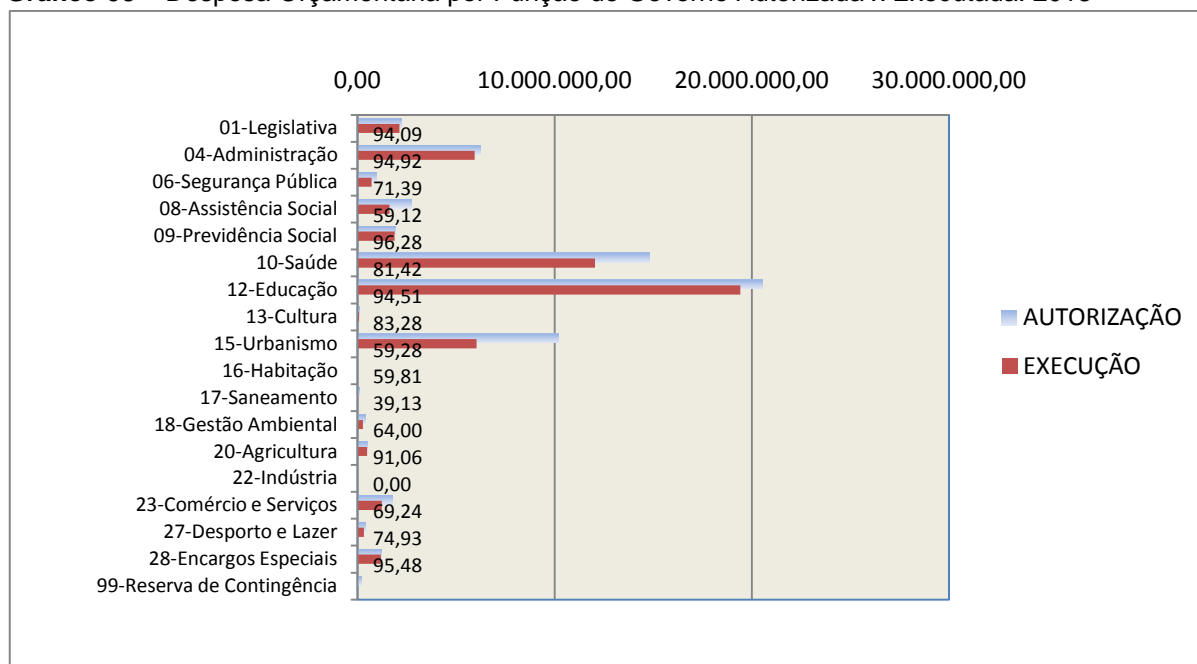
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
27-Desporto e Lazer	431.930,00	323.645,68	74,93
28-Encargos Especiais	1.230.200,00	1.174.592,41	95,48
99-Reserva de Contingência	215.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	64.506.148,03	53.355.164,43	82,71

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	1.448.046,00	1.132.947,47	1.798.595,10	1.827.393,94	2.117.083,00
04-Administração	4.194.935,45	5.639.954,32	8.520.439,22	6.101.766,23	5.942.062,59
06-Segurança Pública	228.474,31	468.354,17	1.485.297,83	493.065,96	707.532,47
08-Assistência Social	823.576,69	938.372,41	986.955,55	1.273.575,89	1.616.898,59
09-Previdência Social	991.009,78	-	1.191.342,33	1.552.312,09	1.877.484,81
10-Saúde	5.788.663,04	6.341.199,39	8.862.211,59	11.437.923,53	12.041.291,26
12-Educação	8.597.727,03	10.448.932,66	14.504.680,69	18.814.786,09	19.419.720,80
13-Cultura	30.249,55	105.850,51	123.196,13	93.644,81	71.287,41
15-Urbanismo	3.487.129,39	10.183.921,70	7.685.825,51	7.922.509,09	6.031.697,78
16-Habitação	-	103.593,77	47.314,92	114.418,01	10.466,72
17-Saneamento	341.606,27	1.160.677,77	1.225.227,42	274.812,00	35.413,80
18-Gestão Ambiental	774.979,28	375.504,13	552.559,96	307.493,94	275.601,67
20-Agricultura	290.363,19	439.055,48	457.048,80	645.799,80	482.816,27
23-Comércio e Serviços	1.426.093,48	733.354,78	764.390,50	967.536,72	1.227.569,17
25-Energia	865.826,26	-	-	-	-
26-Transporte	1.217.537,08	-	-	-	-
27-Desporto e Lazer	301.148,74	317.778,39	363.437,48	390.427,05	323.645,68
28-Encargos Especiais	1.193.144,52	1.657.684,46	2.792.903,04	770.198,00	1.174.592,41
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	32.000.510,06	40.047.181,41	51.361.426,07	52.987.663,15	53.355.164,43

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	4.290.689,67	12,37
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.394.233,75	6,90
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	933.854,20	2,69
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	2.460.643,55	7,10
Cota do ICMS	9.621.526,88	27,74
Cota-Parte do IPVA	1.589.748,32	4,58
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	147.696,90	0,43
Cota-Parte do FPM	11.681.428,03	33,68
Cota do ITR	18.129,48	0,05

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	45.144,71	0,13
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.114.630,06	3,21
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	383.471,70	1,11
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	34.681.197,25	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	57.236.256,08
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	4.415.096,24
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	282.926,40
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	832.889,16
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.705.344,28

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Barra Velha (em Reais): 2012 – 2013

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
Financeiro	11.452.996,32	14.920.031,60	Financeiro	11.722.200,91	11.488.259,65
Disponível	11.400.737,30	14.824.131,40	Depósitos	727.210,68	993.129,91
Bancos Conta Movimento	987.539,79	2.178.171,58	Consignações	671.957,90	933.114,95
Bancos Conta Vinculada	580.935,86	1.390.825,02	Depósitos de Diversas Origens	55.252,78	60.014,96
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	4.755.614,51	5.611.159,94	Restos a Pagar	10.970.023,62	10.384.582,14
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	2.253.057,78	1.937.083,87	Obrigações a Pagar	10.970.023,62	10.384.582,14
Investimentos do RPPS	2.823.589,36	3.706.890,99	Serviços da Dívida a Pagar	3.236,72	24.966,61
Realizável	52.259,02	95.900,20	Obrigações de Crédito em Liquidação	3.236,72	24.966,61
Créditos a Receber	32.147,80	75.874,11	Outras Obrigações a Curto Prazo	21.729,89	85.580,99
Valores em Trânsito Realizável	0,00	798,08			
Valores Pendentes a Curto Prazo	19.313,14	19.228,01			
Permanente	53.564.787,55	56.368.250,07	Permanente	24.882.186,53	37.359.561,57
Créditos	2.077.836,08	1.621.237,77	Débitos Consolidados	1.288.344,78	5.108.978,64
Devedores - Entidades e Agentes	939.144,85	482.546,54	Dívidas Renegociadas	291.952,61	327.801,39
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	1.138.691,23	1.138.691,23	Obrigações a Pagar	338.866,68	-
Bens e Valores em Circulação	-	72.297,79	Obrigações Legais e Tributárias	657.525,49	4.781.177,25
Dívida Ativa	13.905.852,49	12.630.530,61	Diversos	23.593.841,75	32.250.582,93
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	1.512.323,92	5.071.748,95	Provisões Matemáticas Previdenciárias	23.593.841,75	32.250.582,93
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	12.393.528,57	7.558.781,66	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Realizável a Longo Prazo	45.328,50	45.328,50	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos do RPPS - LP	0,00	41.862,91			
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	3.465,59	3.465,59			
Imobilizado	37.535.770,48	41.998.855,40			
Bens Móveis e Imóveis	37.535.770,48	41.998.855,40			
Bens Imóveis	22.957.662,84	26.038.409,60			
Bens Móveis	14.578.107,64	15.960.445,80			
ATIVO REAL	65.017.783,87	71.288.281,67	PASSIVO REAL	36.604.387,44	48.847.821,22
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	28.413.396,43	22.440.460,45
			Ativo Real Líquido	28.413.396,43	22.440.460,45
TOTAL	65.017.783,87	71.288.281,67	TOTAL	65.017.783,87	71.288.281,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 366.228,77** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,03** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 2.754.282,55** passando de um Déficit de **R\$ 3.120.511,32** para um Déficit de **R\$ 366.228,77**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 4.094.075,86**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	11.452.996,32	14.920.031,60	3.467.035,28
Passivo Financeiro	11.722.200,91	11.488.259,65	-233.941,26
Saldo Patrimonial Financeiro	-269.204,59	3.431.771,95	3.700.976,54
Ativo Financeiro do IPREVE	2.872.853,40	3.811.967,89	939.114,49
Passivo Financeiro do IPREVE	21.546,67	13.967,17	-7.579,50
Saldo Patrimonial Financeiro sem o IPREVE	-3.120.511,32	-366.228,77	2.754.282,55

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 3.811.967,89, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 13.967,17, se referem exclusivamente ao IPREVE.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Barra Velha, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

Quadro 11-A - Apuração do Resultado Financeiro (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde *	147.157,51	Superávit
03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	37.894,22	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-124.005,43	Déficit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 35.306,33	35.306,33	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
22 - Transferências de Convênios - Educação	114.090,64	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	-97.325,52	Déficit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.129.548,35	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	119.129,37	Superávit
45 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	Superávit
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	20.894,24	Superávit
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	6.043,86	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	62.284,34	Superávit
51 - Programa Sentinela	6.656,91	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	179.070,45	Superávit
53 - Transferências de Convênios – Assistência Social	10.717,07	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	80.223,16	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	124.244,56	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	-50.583,66	Déficit
58 - Salário Educação	634.367,33	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	88,69	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	167.370,46	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	30.595,20	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18.195,44	Superávit
63 - Bolsa Família	39.464,16	Superávit
64 - Atenção Básica	658.145,99	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	175.778,69	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	89.584,55	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	57.097,90	Superávit
70 - Gestão SUS	106.115,33	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	291.798,43	Superávit
77 - FIA Imposto de Renda	273.634,19	Superávit

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	346,78	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	423.777,47	Superávit
90 - Operações de Crédito Interna	0,00	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-271.914,61	
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	-6.948.515,45	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	230.299,45	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.584.280,22	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-5.133.935,78	Déficit

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

* As disponibilidades da Câmara Municipal de Barra Velha e do Fundação Hospitalar Filantrópica de Barra Velha, foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

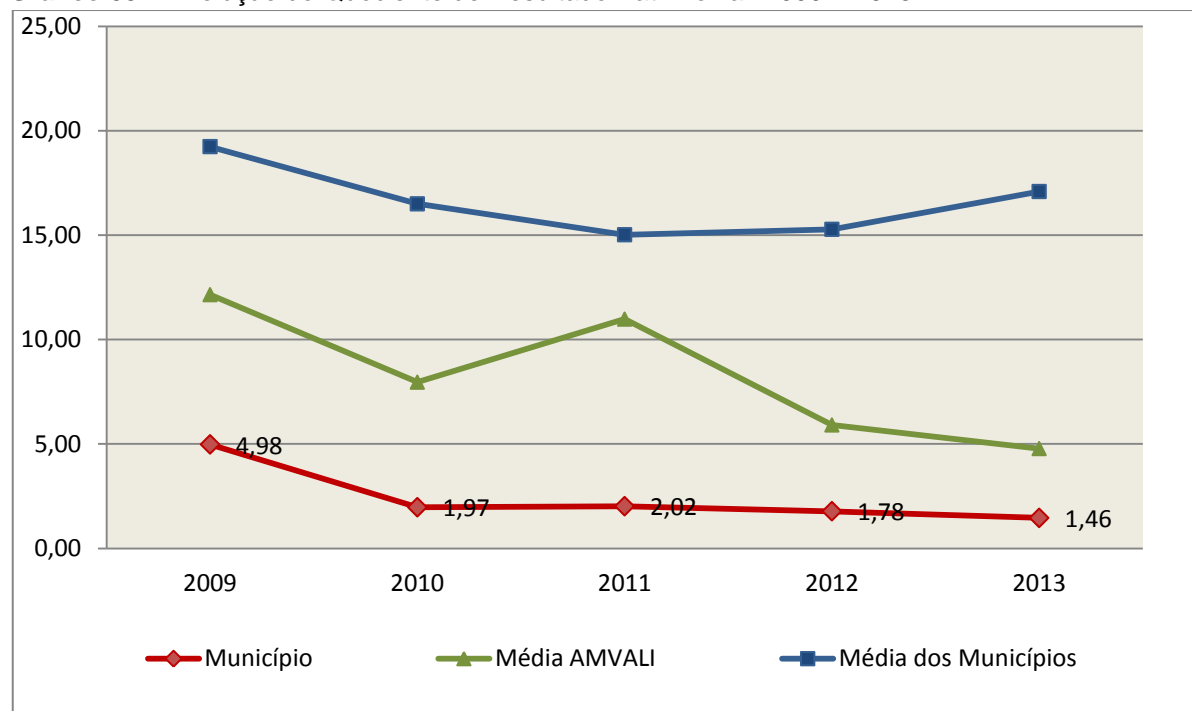
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	32.000.510,06	40.047.181,41	51.361.426,07	52.987.663,15	53.355.164,43
2 Restos a Pagar	5.047.334,65	5.778.235,78	9.986.472,81	10.970.023,62	10.384.582,14
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído o IPREVE	4.619.488,97	8.004.613,96	10.686.870,77	8.580.142,92	11.108.063,71
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído o IPREVE	5.680.673,46	6.564.539,42	10.607.324,79	11.700.654,24	11.474.292,48
5 Ativo Real	38.150.905,07	47.442.507,08	58.630.804,69	65.017.783,87	71.288.281,67
6 Passivo Real	7.657.109,76	24.125.645,86	28.982.509,56	36.604.387,44	48.847.821,22
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,98	1,97	2,02	1,78	1,46
Situação Financeira (3÷4)	0,81	1,22	1,01	0,73	0,97
Restos a Pagar (2÷1)*100	15,77	14,43	19,44	20,70	19,46

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



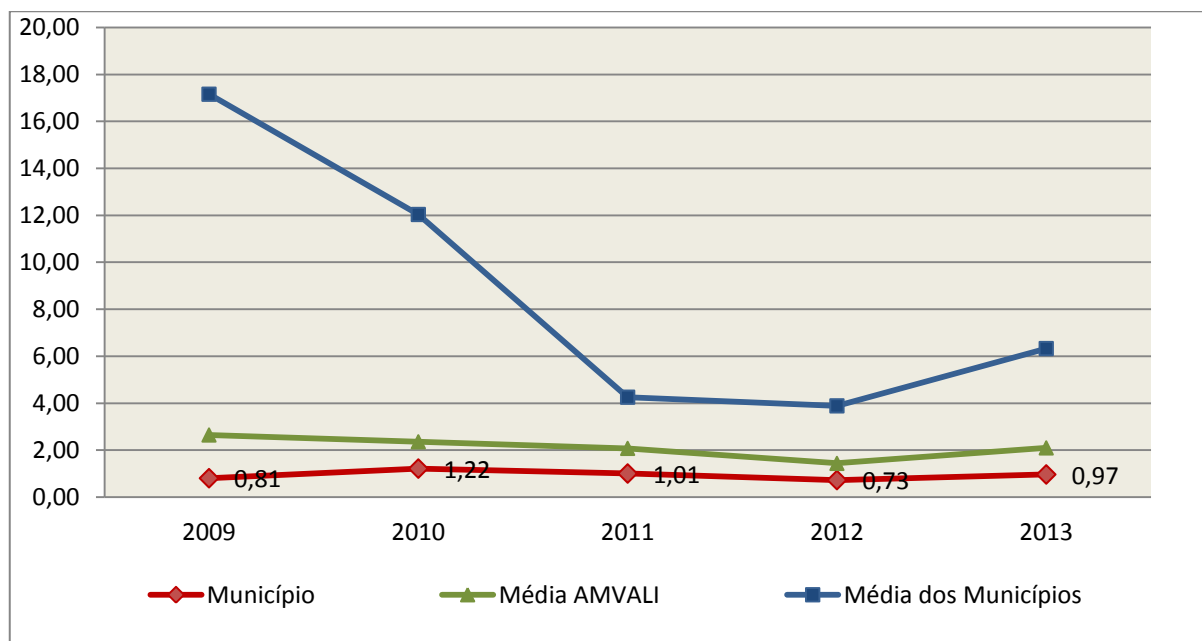
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **1,46** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

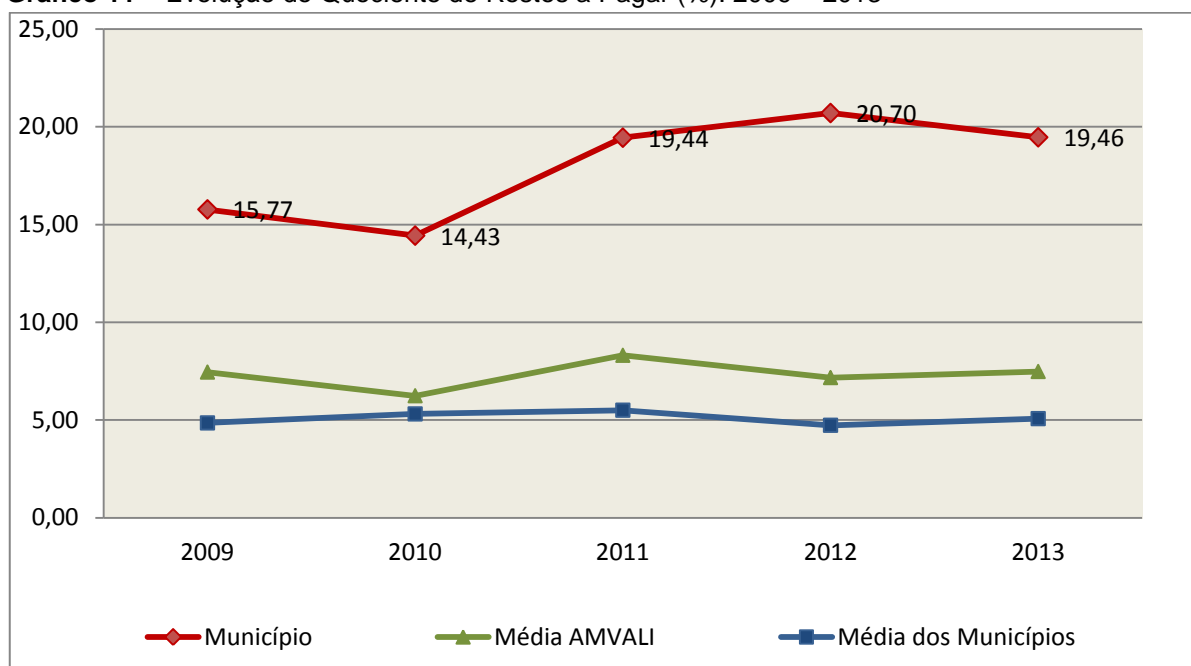
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **0,97** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Barra Velha é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **19,46%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 9.383.907,58** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **27,06%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 4.181.727,99**, representando **12,06%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

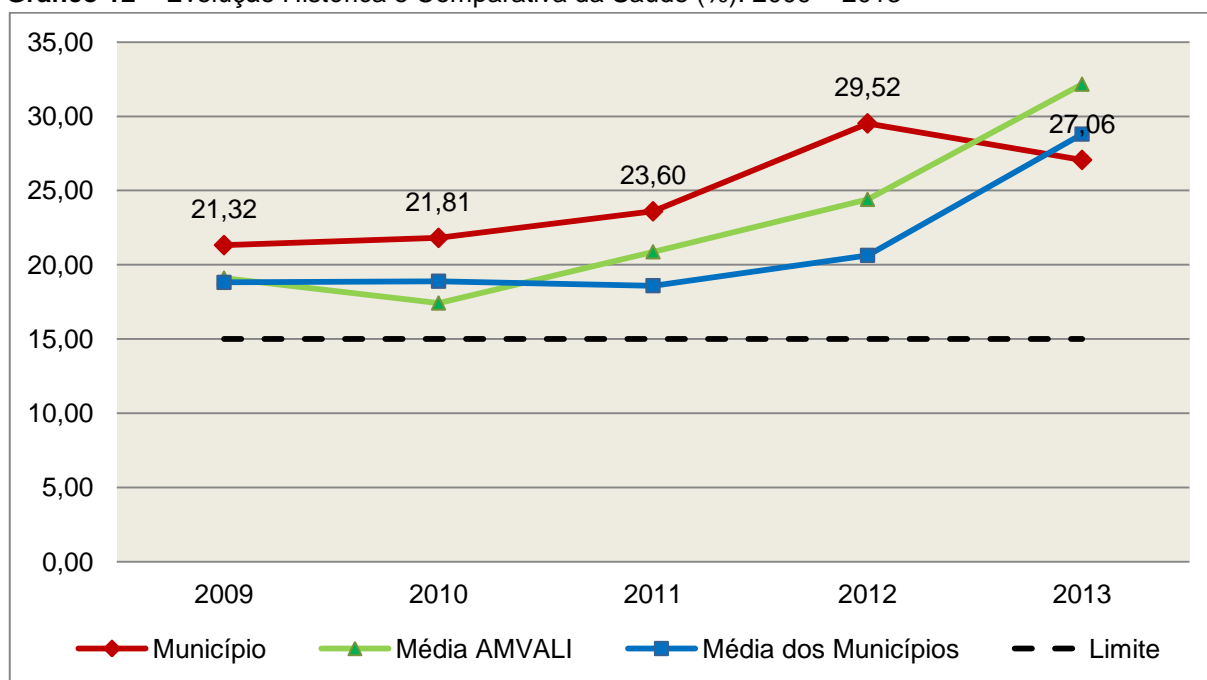
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	34.681.197,25	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.041.291,26	34,72
Atenção Básica	11.819.408,94	34,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.639,19	0,36
Vigilância Sanitária	69.384,53	0,20
Vigilância Epidemiológica	27.858,60	0,08
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	2.657.383,68	7,66
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	9.383.907,58	27,06
Valor Mínimo a ser Aplicado	5.202.179,59	15,00
Valor Acima do Limite	4.181.727,99	12,06

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Barra Velha em 2013 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 9.283.886,92** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,77%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 613.587,61**, representando **1,77%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

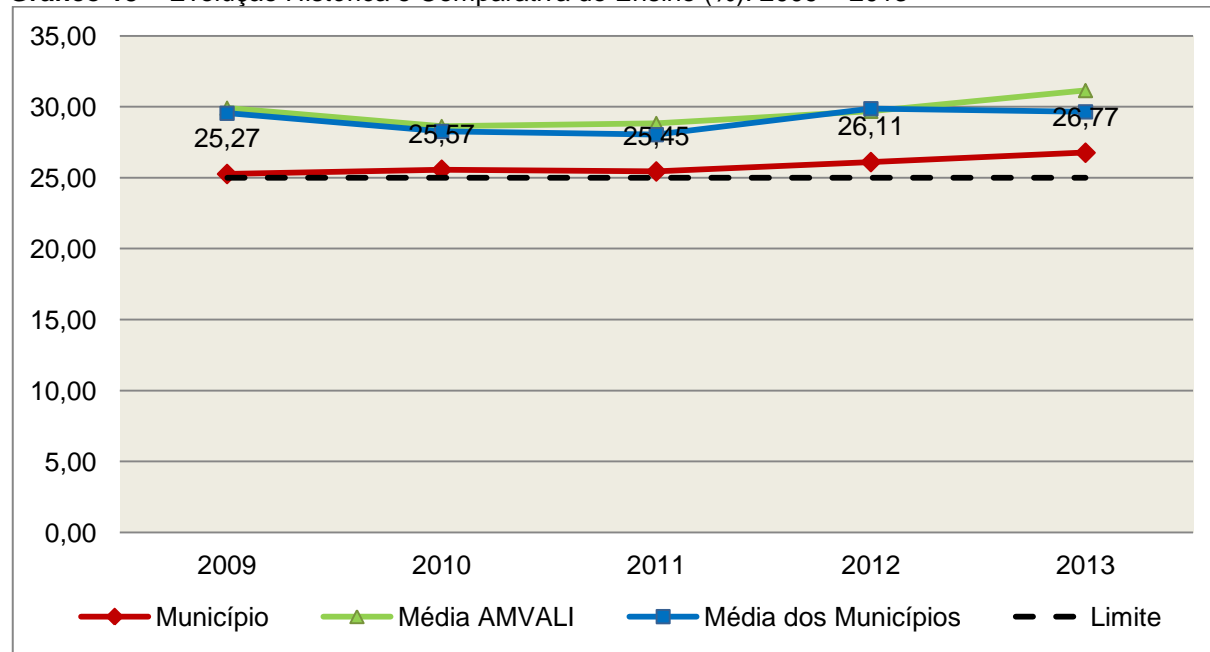
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	34.681.197,25	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	7.419.941,77	21,39
Educação Infantil	7.419.941,77	21,39
Valor Aplicado Ensino Fundamental	11.249.854,35	32,44
Ensino Fundamental	11.249.854,35	32,44
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.918.007,61	5,53
(-) Ganho com FUNDEB	7.433.652,57	21,43
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	34.249,02	0,10
Total das Despesas para efeito de Cálculo	9.283.886,92	26,77
Valor Mínimo a ser Aplicado	8.670.299,31	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	613.587,61	1,77

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Barra Velha em 2013 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 9.589.958,73**, equivalendo a **80,70%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

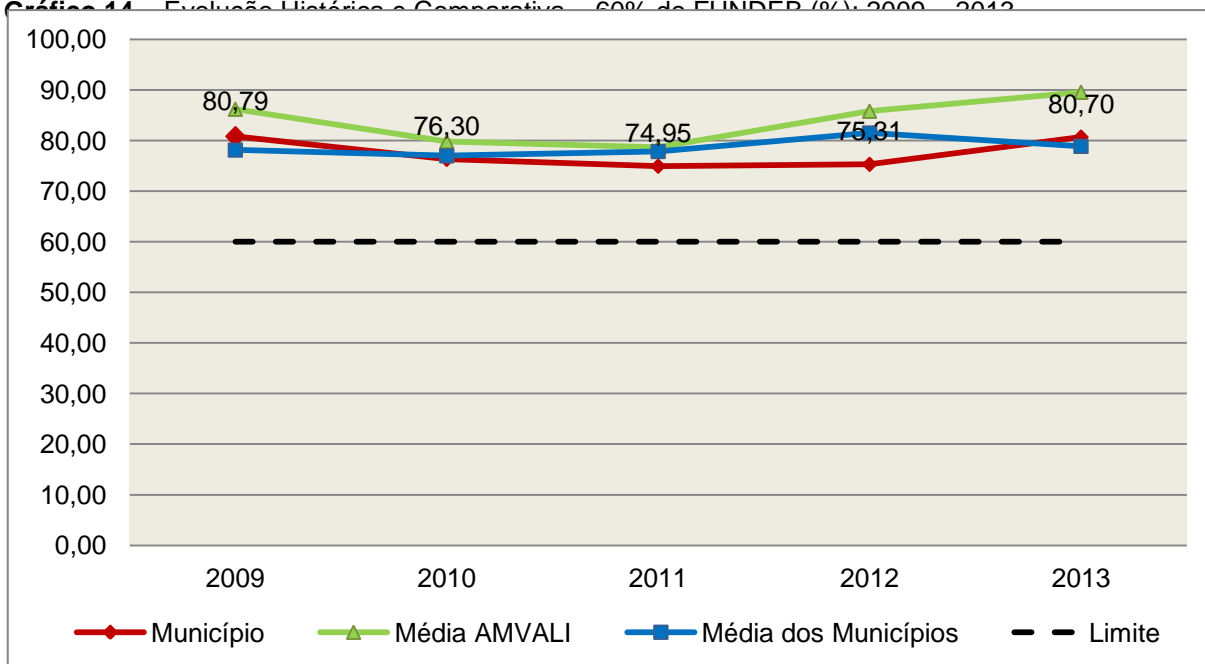
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	11.848.748,81
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	34.249,02
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	11.882.997,83
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	7.129.798,70
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	9.589.958,73
Valor Acima do Limite	2.460.160,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Avaliação Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 11.843.809,27**, equivalendo a **99,67%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

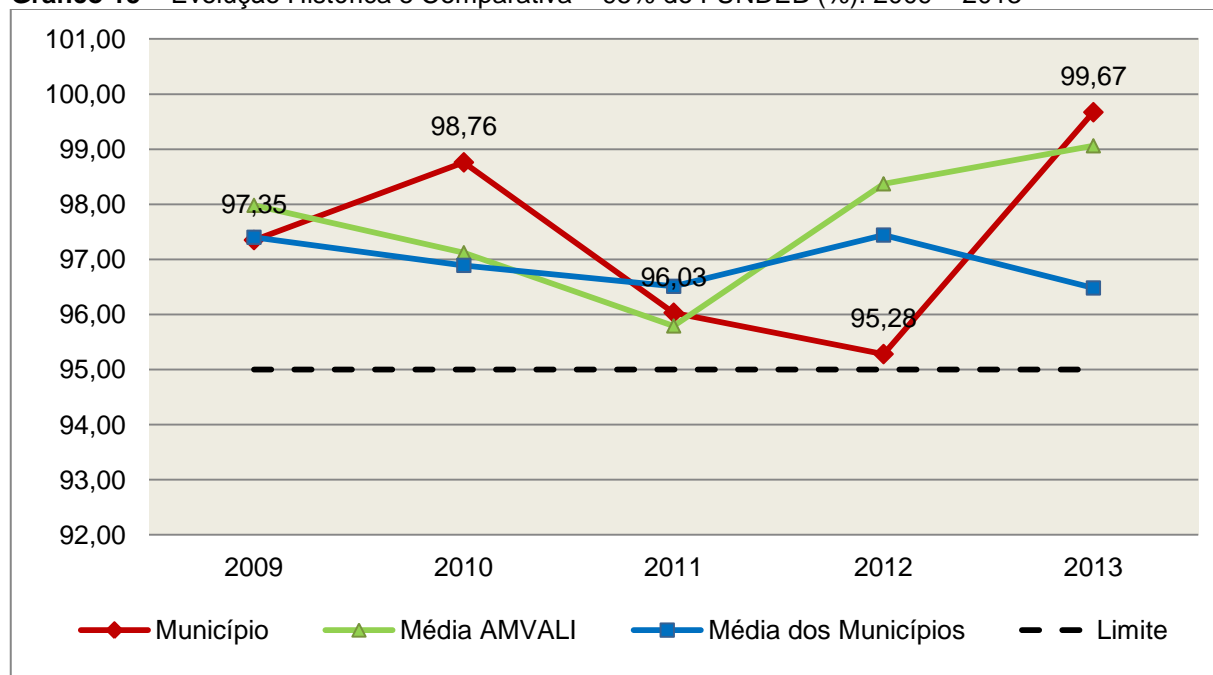
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	11.882.997,83
95% dos Recursos do FUNDEB	11.288.847,94
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	11.843.809,27
Valor Acima do Limite	554.961,33

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Barra Velha ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2012 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	3.070.523,72
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	3.035.217,39
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	35.306,33

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.705.344,28	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	31.023.206,57	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	29.921.363,02	57,87
Pessoal e Encargos	29.594.606,35	57,24
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução*	326.756,67	0,63
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.446.777,68	2,80
Pessoal e Encargos	1.446.777,68	2,80
Total das deduções das despesas com pessoal**	364.719,50	0,71
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	31.003.421,20	59,96
Valor Abaixo do Limite (60%)	19.785,37	0,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

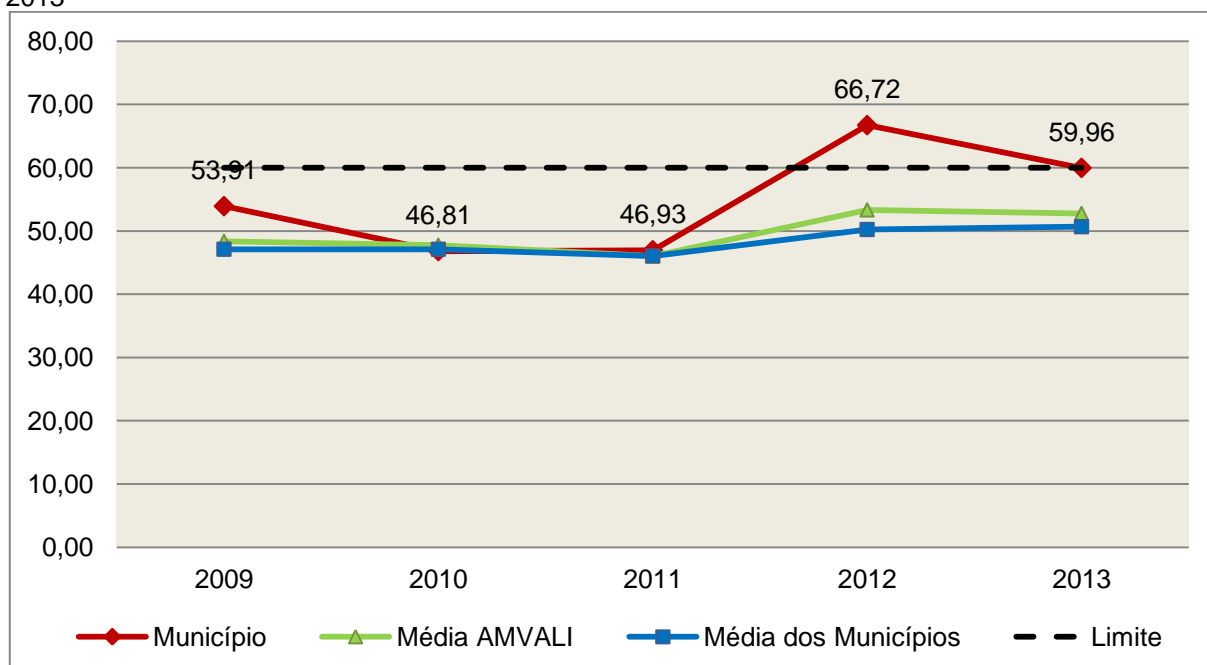
* Referente a Despesas de Pessoal, contabilizadas indevidamente no elemento 3.1.90.94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas, realocação em razão das mesmas terem sido automaticamente excluídas pelo Sistema.

** Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **59,96%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Barra Velha, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.705.344,28	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.920.885,91	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	29.921.363,02	57,87
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	364.719,50	0,71
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	29.556.643,52	57,16
Valor Acima do Limite (54%)	1.635.757,61	3,16

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

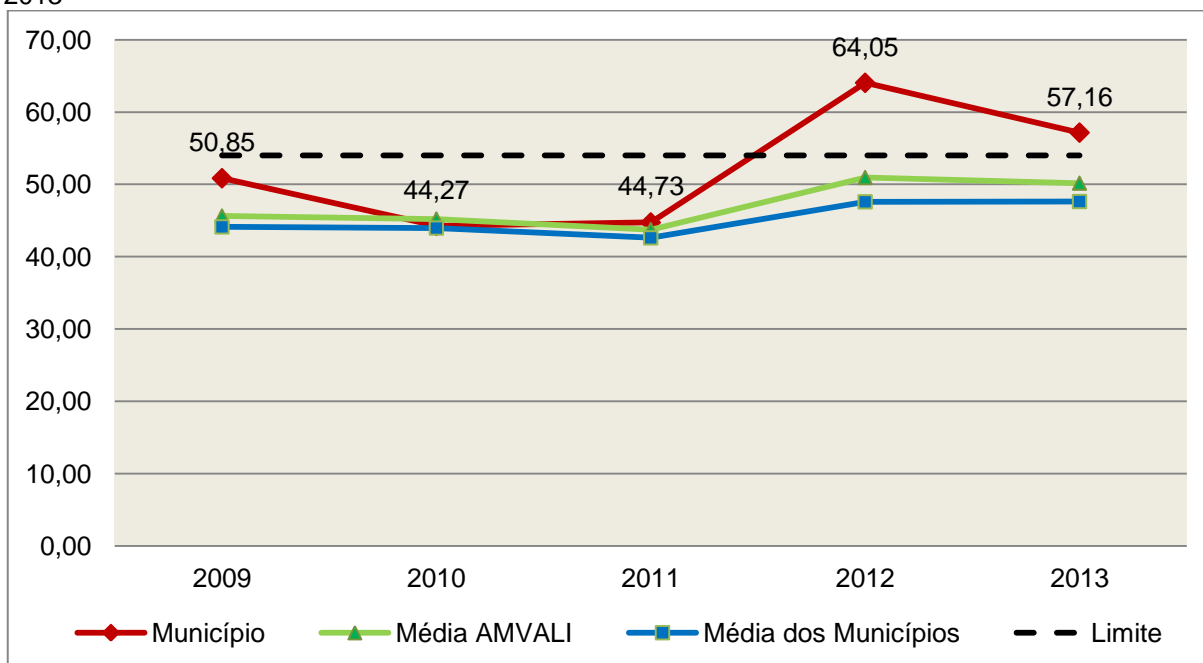
*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **57,16%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **DESCUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Ressalva-se que, embora o Poder Executivo tenha extrapolado o limite estabelecido no art. 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, conforme estabelece o art. 66, os prazos definidos no Caput do art. 23 da L.C. nº 101/00 para a recondução ao limite serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto - PIB por período igual ou superior a quatro trimestres. A citada norma define baixo crescimento como o índice inferior a 1% (um por cento) apurado pela Taxa de Crescimento Real do PIB Acumulada nos Últimos Quatro Trimestres (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior -%), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. No caso em questão, verifica-se que o PIB nacional, do exercício de 2012, atingiu o percentual de 0,9%.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

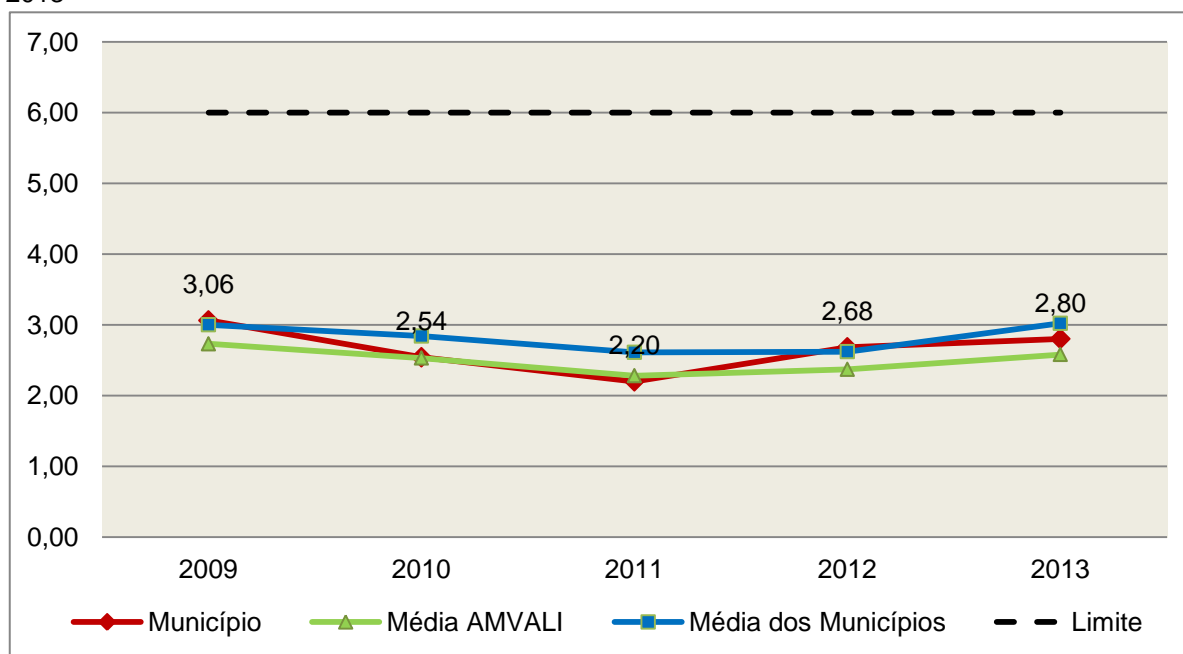
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.705.344,28	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.102.320,66	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.446.777,68	2,80
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.446.777,68	2,80
Valor Abaixo do Limite (6%)	1.655.542,98	3,20

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,80%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Barra Velha**, constata-se que as contas do FUNDEB foram desaprovadas pelo respectivo conselho em razão dos motivos elencados às fls. 172 a 174, dos autos, a seguir transcritos:

- inadequação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, pois houve achatamento do salário, não sendo observados os Art. 2º, inciso 1º da Lei n. 11.738/208 e art. 6º, da Lei n. 11.494/2007, disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal;

- discrepância de lançamento/vencimentos de funcionários no balancete mensal, em relação ao contracheque;

- ausência de notas fiscais discriminadas referentes à obras/serviços realizadas nas unidades de ensino, conforme memorial descritivo;
- ausência de placas de identificação e responsabilidade fiscal nas obras realizadas nas unidades escolares do Município;
- ausência de informações sobre as obras realizadas nas unidades escolares no Portal Eletrônico de Transparência da Prefeitura;
- falta de tempo hábil para análise dos relatórios mensais por parte do Conselho do Fundeb. Os relatórios referentes aos meses de novembro e dezembro de 2013 foram entregues em 10/jan/2014;
- inobservância do art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 11.494/2007, que coloca a responsabilidade sobre a gestão dos recursos do Fundeb é do Secretário da Educação.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os

padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Barra Velha**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Barra Velha**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013.

6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da

Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Barra Velha, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 106.444,61) representa 0,31% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 34.109.115,29).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 175 a 203, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 194 a 197;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no

artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Setor do Bem Estar social, conforme fls. 198.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Barra Velha**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos

de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Barra Velha**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Barra Velha**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi

regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos

praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Barra Velha**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	DESCUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 12/12/2013 (fls.214 e 215).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 366.228,77**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **0,70%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 52.582.053,26**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2, deste Relatório);

- 8.1.2 Despesas com pessoal do Poder Executivo no valor de **R\$ 29.556.643,52**, representando **57,16%** da Receita Corrente Líquida (**R\$ 51.705.344,28**), quando o percentual legal máximo de **54,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 27.920.885,91**, configurando, portanto, gasto a maior de **R\$ 1.635.757,61** ou **3,16%**, em descumprimento ao artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, ressalvado o disposto no artigo 23 da citada Lei (item 5.3.2).
- 8.1.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o art. 2º, § 2º, II e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR
- 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.2);
- 8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.3);
- 8.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (6.4);
- 8.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (6.5);

- 8.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (6.6).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 1.553.941,91
3) Resultado Financeiro	Déficit	R\$ 366.228,77
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	27,06%
4.2) Ensino	25,00%	26,77%
4.3) FUNDEB	60,00%	80,70%
	95,00%	99,67%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	59,96%
b) Poder Executivo	54,00%	57,16%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,80%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar

nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Barra Velha.**

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas nos itens 8.1 e 8.2, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 23/06/2014.

OLDAIR SCHROEDER
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 23/06/2014.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.352.858,46
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.223,72
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde, despesas referente a transferência de recursos à consórcio de Saúde não apresentada a Prestação de Contas conforme solicitação eletrônica (SALA VIRTUAL), ofício circular TC/DMU 3.546/2014, de 25/03/2014, em atendimento a Portaria STN N. 72/2012, de 01/02/2012	303.301,50
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	2.657.383,68

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	1.013.123,08
Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil, programa de merenda escolar, PA 2/50 (empenhos n. 44, 214, 216, 432, 1125, 1127 e 1131)	405.450,19
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	728,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	482.920,25
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	9.444,00
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	6.342,09
Total das deduções das despesas com Educação Básica	1.918.007,61

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	9.610,58
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	28.352,25
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	326.756,67
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	364.719,50
Total das deduções das despesas com pessoal	364.719,50

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	11.848.748,81
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	34.249,02
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	3.070.523,72
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	3.031.335,16
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013	11.843.809,27

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	115.103,87	115.103,87	1.887,52
64 - Atenção Básica	2013	301	1.935.999,53	1.761.198,54	1.627.599,40
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	301	23.029,78	23.029,78	23.029,78
66 - Vigilância em Saúde	2013	304	24.166,42	24.166,42	23.177,30
66 - Vigilância em Saúde	2013	305	13.043,30	12.853,50	12.853,50
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	241.515,56	191.046,69	132.044,26
TOTAL			2.352.858,46	2.127.398,80	1.820.591,76

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	387	18/06/2013	DPRF - DEPTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDER	85,13	85,13	85,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150211966747 DO VEÍCULO FIAT DUCATO MC TH AMB PLACA MFI 5756 RENAVAN 987204840, EM 27/10/2010 EM ARAQUARI/SC.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	694	11/10/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	446,91	446,91	446,91	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº 150211463054, 150212306917 E 150211463055, RENAULT MASTER BUS16 DCI PLACA MJZ 9558, RENAVAN 00406572496, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR RENATO JACÓ HENZ, CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	225	21/03/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	85,12	85,12	85,12	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150186256385 DO VEÍCULO GM CELTA 4P SPIRIT PLACA MDY 1733 RENAVAN 922195285, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR MAURICIO PARREIRA COIMBRA CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	226	21/03/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	53,20	53,20	53,20	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150187268305 DO VEÍCULO GM CELTA 4P SPIRIT PLACA MDY 1733 RENAVAN 922195285, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR CARLOS ALEXANDRE DA SILVA CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	227	21/03/2013	DPRF - DEPTO DE POLICIA RODOVIARIA	170,29	170,29	170,29	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº 150188104577 E Nº 150188105211 DO VEÍCULO I/ FORD TRANSIT TCA AMB PLACA MJL 0293 RENAVAN 4639700152, TENDO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Velha	Saúde				FEDER				COMO RESPONSÁVEL O SENHOR CARLOS ALEXANDRE DA SILVA CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	228	21/03/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA	127,69	127,69	127,69	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150188391622 DO VEÍCULO CHEVROLET CELTA 1.0 LT PLACA MJO 1321 RENAVAN 451016572, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR CARLOS ALEXANDRE DA SILVA CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	229	21/03/2013	DPRF - DEPTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDER	85,13	85,13	85,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150188231613 DO VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY PLACA MJL 8883 RENAVAN 464041627, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR MAURICIO PARREIRA COIMBRA CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	230	21/03/2013	DPRF - DEPTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDER	85,13	85,13	85,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150188663718 DO VEÍCULO VW/GOL 1.0 PLACA MFD 4653 RENAVAN 959273085, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR MAURICIO PARREIRA COIMBRA CONF. DOCUMENTOS EM ANEXO
Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	791	30/10/2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	85,12	85,12	85,12	DESPESA REFERENTE A INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 150213021049 DO VEÍCULO RENAULT MASTER BUS16 DCI, COM PLACA MJZ 9558 RENAVAN 00406572496, TENDO COMO RESPONSÁVEL O SENHOR RENATO JACÓ HENZ, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
TOTAL						1.223,72	1.223,72	1.223,72	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	365	400.525,89	273.478,89	262.931,57
58 - Salário Educação	2013	365	547.725,95	484.110,29	477.947,29
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2013	365	62.886,34	62.714,12	61.469,60
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	365	1.984,90	1.984,90	1.984,90
TOTAIS			1.013.123,08	822.288,20	804.333,36

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	328.272,03	271.016,20	180.335,03
58 - Salário Educação	2013	361	137.155,03	134.815,76	128.650,68
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2013	361	2.547,32	2.547,32	0,00
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	14.945,87	14.945,87	14.945,87
TOTAL			482.920,25	423.325,15	323.931,58

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	327	15/02/2013	A.G.R. COMÉRCIO E SERVIÇO DE BRINDES E PLÁSTICOS L	205,00	0,00	0,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM EM METAL AÇO POLIDO E ESCOVADO 20 X 13CM, PARA HOMENAGEM À PROFª ANTONINA DAMASIO RAMOS NO DIA 07/02/2013.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	464	20/03/2013	CSR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME	880,00	880,00	880,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA TROCA DO PARABRISA E CONserto DA COLUNA DO LD DO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO MCC 6213.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	975	05/07/2013	ASSOCIAÇÃO MUSICAL JONAS ALVES DE SOUZA - AMJAS	608,00	0,00	0,00	REFERENTE A INSCRIÇÃO PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA MUNICIPAL FAMOMB, PARA O CONCURSO DE JARAGUÁ DO SUL NO DIA 07/07/2013.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1169	20/08/2013	HORIZONTE GRAFICA E EDITORA LTDA.	496,00	496,00	496,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO PARA CONFECÇÃO DE FOLDER (CONVITES),CONTENDO TODA PROGRAMAÇÃO DO DESFILE CÍVICO DE SETE DE SETEMBRO.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1513	23/10/2013	ARTUR DA SILVA SANTOS	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A DIÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM VIAGEM PARA IÇARA-SC PARA PARTICIPAR DA 20ª FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA, COM SAÍDA EM 08/11/13 E RETORNO EM 09/11/2013. CONFORME DOCUMENTOS ANEXO.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1623	26/11/2013	LUCIANO DECA CAMPOS - ME	2.900,00	1.400,00	1.400,00	Prestação de Serviço para locação de tenda referente ao Concurso de Bandas e Fanfarras de Barra Velha e para Mostra de trabalhos realizados pela SEMEC no decorrer do ano de 2013, alusivo à abertura da Semana do Aniversário de Barra Velha.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	465	20/03/2013	CSR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME	1.045,00	1.045,00	1.045,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA TROCA DO PARABRISA E CONserto DA COLUNA DO LD DO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO MCC



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Barra Velha	de Impostos: Educação								6213.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1322	02/09/2013	TOLDOS E COBERTURAS BRIDI LTDA ME	1.700,00	1.700,00	1.700,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA TENDA/PALCO DA SEMEC, PARA OS DESFILES NO DIA 07/09/2013 E 06/09/2013 NO CENTRO DE BARRA VELHA E ITAJUBA.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1501	17/10/2013	JEFFERSON RATIER E OUTROS	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A DIÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM VIAGEM PARA IÇARA-SC PARA PARTICIPAR DA 20ª FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA, COM SAÍDA EM 08/11/13 E RETORNO EM 09/11/2013. CONFORME DOCUMENTOS ANEXO.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1502	17/10/2013	JACINDA MARIA DETHIUKI PADILHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A DIÁRIA PARA ATENDER DESPESAS COM VIAGEM PARA IÇARA-SC PARA PARTICIPAR DA 20ª FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA, COM SAÍDA EM 08/11/13 E RETORNO EM 10/11/2013. CONFORME DOCUMENTOS ANEXO.
Prefeitura Municipal de Barra Velha	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1577	18/11/2013	ABAFVI - ASSOCIAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS DO VALE DO ITAJAÍ	810,00	810,00	810,00	Referente a inscrição da Fanfarra Municipal para participação do VIII Campeonato Catarinense de Bandas e Fanfarras.
TOTAL						9.444,00	7.131,00	7.131,00	

Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	COM RPPS	DO RPPS		EXCLUÍDO RPPS
Aumenta		Diminui									
RECURSOS VINCULADOS											
0	243.345,68	0,00	0,00	243.345,68	1.077,92	1.599,92	240.667,84	0,00		0,00	Superávit
2	220.108,89	0,00	0,00	220.108,89	46.914,79	19.824,55	6.212,04	147.157,51		147.157,51	Superávit
3	3.811.967,89	0,00	0,00	3.811.967,89	11.081,26	2.293,07	592,84	3.798.000,72	3.798.000,72	0,00	Superávit
16	37.894,22	0,00	0,00	37.894,22		0,00	0,00	37.894,22		37.894,22	Superávit
17	365.419,75	0,00	0,00	365.419,75	16.238,30	77.759,99	395.426,89	-124.005,43		-124.005,43	Déficit
18	2.436.525,85	0,00	0,00	2.436.525,85	2.225.267,16	175.952,36	0,00	35.306,33		35.306,33	Superávit
19	633.997,87	0,00	0,00	633.997,87	518.507,16	115.490,71	0,00	0,00		0,00	Superávit
22	461.452,79	0,00	0,00	461.452,79	6.627,02	104.040,58	236.694,55	114.090,64		114.090,64	Superávit
23	22.014,45	0,00	0,00	22.014,45	894,00	113.663,87	4.782,10	-97.325,52		-97.325,52	Déficit
24	1.819.872,18	0,00	0,00	1.819.872,18	1.345,43	-669.167,82	1.358.146,22	1.129.548,35		1.129.548,35	Superávit
44	119.129,37	0,00	0,00	119.129,37	0,00	0,00	0,00	119.129,37		119.129,37	Superávit
45	34.966,92	0,00	0,00	34.966,92	116,92	34.850,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
47	21.817,73	0,00	0,00	21.817,73	0,00	923,49	0,00	20.894,24		20.894,24	Superávit
48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
49	6.043,86	0,00	0,00	6.043,86	0,00	0,00	0,00	6.043,86		6.043,86	Superávit
50	63.199,84	0,00	0,00	63.199,84	0,00	915,50	0,00	62.284,34		62.284,34	Superávit
51	12.271,57	0,00	0,00	12.271,57	488,56	3.841,10	1.285,00	6.656,91		6.656,91	Superávit
52	284.662,76	0,00	0,00	284.662,76	3.300,40	13.205,63	89.086,28	179.070,45		179.070,45	Superávit
53	10.717,07	0,00	0,00	10.717,07	0,00	0,00	0,00	10.717,07		10.717,07	Superávit
54	167.721,18	0,00	0,00	167.721,18	148,60	43.206,70	44.142,72	80.223,16		80.223,16	Superávit
55	143.332,05	0,00	0,00	143.332,05	7,68	6.313,66	12.766,15	124.244,56		124.244,56	Superávit
56	39.409,01	0,00	0,00	39.409,01	1.731,73	3.912,02	84.348,92	-50.583,66		-50.583,66	Déficit
58	775.519,65	0,00	0,00	775.519,65	3.061,69	36.792,53	101.298,10	634.367,33		634.367,33	Superávit
59	2.652,51	0,00	0,00	2.652,51	16,50	2.547,32	0,00	88,69		88,69	Superávit
60	346.554,64	0,00	0,00	346.554,64	13,64	78.938,00	100.232,54	167.370,46		167.370,46	Superávit
61	30.933,30	0,00	0,00	30.933,30	338,10	0,00	0,00	30.595,20		30.595,20	Superávit
62	18.195,44	0,00	0,00	18.195,44	0,00	0,00	0,00	18.195,44		18.195,44	Superávit
63	39.664,16	0,00	0,00	39.664,16	0,00	0,00	200,00	39.464,16		39.464,16	Superávit
64	1.396.332,48	0,00	0,00	1.396.332,48	468.791,84	120.912,27	148.482,38	658.145,99		658.145,99	Superávit
65	176.299,42	0,00	0,00	176.299,42	520,73	0,00	0,00	175.778,69		175.778,69	Superávit
66	111.222,34	0,00	0,00	111.222,34	2.212,15	6.038,12	13.387,52	89.584,55		89.584,55	Superávit
67	340.187,13	0,00	0,00	340.187,13	395,90	78.169,13	204.524,20	57.097,90		57.097,90	Superávit
70	106.115,33	0,00	0,00	106.115,33	0,00	0,00	0,00	106.115,33		106.115,33	Superávit
71	291.798,43	0,00	0,00	291.798,43	0,00	0,00	0,00	291.798,43		291.798,43	Superávit
77	369.589,13	0,00	0,00	369.589,13	193,65	36.261,29	59.500,00	273.634,19		273.634,19	Superávit



FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	COM RPPS	DO RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
		Aumenta	Diminui								
83	346,78	0,00	0,00	346,78	0,00	0,00	0,00	346,78		346,78	Superávit
89	423.777,47	0,00	0,00	423.777,47	0,00	0,00	0,00	423.777,47		423.777,47	Superávit
90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-74.972,48	74.972,48	0,00		0,00	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA								-271.914,61	0,00	-271.914,61	
RECURSOS ORDINARIOS											
0	-5.979.555,88	0,00	0,00	-5.979.555,88	-2.285.066,44	1.994.404,19	1.259.621,82	-6.948.515,45			
1	3.088.526,02	0,00	0,00	3.088.526,02	-27.510,89	2.100.657,86	785.079,60	230.299,45			
2	2.426.002,32	0,00	0,00	2.426.002,32	106.963,71	476.189,52	258.568,87	1.584.280,22			
T.	-465.027,54	0,00	0,00	-465.027,54	-2.205.613,62	4.571.251,57	2.303.270,29	-5.133.935,78	Déficit		